

A REALIDADE DO RURAL INTERIOR O CASO DE VILA GARCIA

Maria Inácia Sobral Félix Faria

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

E-mail: maria.isf.faria@hotmail.com

Palavras-chave: Vila Garcia, desertificação, interior, envelhecimento, rural, agrícola.

Resumo. *Esta comunicação resulta dum estudo recente sobre Vila Garcia, uma aldeia da Beira Alta Interior que nas últimas três décadas perdeu cerca de 50% dos habitantes.*

Para o estudo, foi considerado o período 1997-2007 e realizadas entrevistas à população local entre Março e Abril/2007.

A comunicação divide-se em quatro grupos: Enquadramento, Análise swot, Estratégias de Intervenção e Conclusão. O primeiro remete para as características históricas, demográficas e sociais; o segundo identifica forças e fraquezas através da análise swot; o terceiro aponta algumas estratégias de intervenção e o quarto grupo é uma breve reflexão sobre a realidade encontrada e o futuro desejado.

INTRODUÇÃO

Em toda a União Europeia o combate à pobreza e à exclusão social tem vindo a ocupar uma boa parte das Agendas Governamentais Nacionais, designadamente no que respeita à adaptação dos territórios rurais às novas realidades socioeconómicas.

Cada vez mais a população sobe a fasquia do seu padrão de vida, tornando-o difícil enquadrar nas ofertas dos espaços rurais, o que leva ao aumento do êxodo e da desertificação populacional.

Sendo as zonas rurais 80% do território da União Europeia, é necessário fomentar políticas conjuntas de desenvolvimento rural no sentido de contrariar a desertificação.

Conscientes desta necessidade e partindo do princípio de que a política rural tem de ser integrada no conjunto das políticas comunitárias, os Estados-Membros elaboraram um programa com dez princípios fundamentais, com vista ao progresso das zonas rurais (Declaração de Cork, 1996).

Portugal não é excepção e nas últimas décadas veio desenvolvendo diversos programas com vista à diminuição das assimetrias rural/urbano. Tem sido um processo lento e com vários obstáculos, particularmente no que refere à diversidade de territórios, ao envelhecimento demográfico, à emigração e ao desemprego que impediram a realização plena dos objectivos propostos e tornaram necessária a avaliação dos programas a meio percurso e a correcção de eventuais desajustes.

Entre outros instrumentos, foram criados os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) e os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), com o objectivo de promover e valorizar os recursos naturais, bem como proteger as áreas agrícolas e florestais, delimitando desde logo as zonas de recreio e lazer, procurando assim garantir o desenvolvimento rural de forma integrada e sustentada.

Neste sentido e porque as dinâmicas sociais produzem situações cada vez mais atípicas, exigindo respostas específicas a problemas comunitários concretos, surgiu recentemente o Concelho Local de Acção Social de Trancoso que, em Junho de 2007, publicou e colocou à disposição da população o Plano de Acção para o Desenvolvimento do Concelho.

É no Concelho de Trancoso (Beira Alta Interior Norte) que fica situada Vila Garcia, uma aldeia com menos de duas centenas de habitantes (censos 2001), retrato da mais profunda interioridade, abandono e desertificação, onde as novas tecnologias chegam devagar e a palavra competitividade não faz parte do vocabulário local.

Descobrir e revelar potencialidades que possam minimizar os efeitos das debilidades naturais do território (clima, relevo, interioridade) é o objectivo desta comunicação.

DA ALDEIA

Desconhecendo-se exactamente a sua origem na História, sabe-se apenas que é um povoamento pré-nacional e que o seu topónimo terá proveniência numa herdade (*villa*), pertença de um vilão de apelido Garcia. Em 1754, o Padre Manuel Saraiva da Costa mandou erguer uma capela para invocação de Nossa Senhora das Necessidades. Em meados do séc. XIX a freguesia tinha já os lugares de Vila Garcia, Quinta da Vela, Carigos, Quinta do Cristóvão e Vale do Seixo. Edifícios como a Igreja Matriz, a Capela de Santa Bárbara, a Capela de Nossa Senhora das Necessidades e uma ponte Pré-Romana são vestígios da passagem de vários povos pelo território.

Situada no concelho de Trancoso, Vila Garcia pertence ao distrito da Guarda, na zona interior da Beira Alta. Faz fronteira com Cótimos, Cogula, Póvoa do Concelho e Vale de Seixo. Da localidade faz parte Frexial, um lugar onde passa o Rio Massueime.

Estrutura e dinâmica demográfica

Vila Garcia sofreu as consequências da forte emigração que começou ainda na década de 60 e se prolongou até ao fim do século passado. A quebra de densidade populacional e o abandono das principais actividades económicas (agro-pecuária e silvicultura) são os efeitos mais visíveis, mas também o processo de construção de infra-estruturas ficou estagnado.

Em 1991 a densidade populacional era 18,2 habitantes/km², número que desceu para 14,6 em 2001. Com menos de metade do concelho (29,4) e cerca de quatro vezes menos habitantes dos registados no distrito (62,0), a aldeia está longe da realidade territorial nacional (Quadro 1).

Ainda em 2001, contabilizavam-se 88 famílias residentes para um total de 198 indivíduos (97 homens e 101 mulheres).

Quadro 1: Área, População e Densidade Populacional, Fonte: INE

Unidade Territorial	Área (Km ²)	População 2001	Densidade Populacional
Portugal	92117,5	10356117	114,3
Guarda	712,1	43822	62,0
Trancoso	361,5	10889	29,4
Vila Garcia	13,6	198	14,6

Em 1991 registava-se na aldeia uma taxa de mortalidade de 9,9‰ e um índice de envelhecimento de 157,1%, valores que em 2001 subiram para 13,5‰ e 985,7%, respectivamente. Se juntarmos uma reduzida taxa de natalidade, obtemos uma população duplamente envelhecida e um difícil processo de substituição de gerações (Quadro 2).

Quadro 2: Características da população, Fonte: INE e Carta Educativa (Versão Final, 2007)
ND - Não foram encontrados dados disponíveis.

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade (‰) Ano 2001	Taxa de Mortalidade (‰) Ano 2001	Índice de Envelhecimento (%) Ano 2001
Portugal	10,4	9,7	108,7
Guarda	9,3	9,7	133,5
Trancoso	8,0	18,4	211,7
Vila Garcia	ND	13,5	985,7

Para um retrato mais exacto do território realizaram-se entrevistas a 49 indivíduos, dos quais apenas 27 são residentes.

Dos entrevistados residentes

- Adultos: 23;
- Jovens entre 15 e 24 anos: 2;

- Crianças na faixa etária dos 5 aos 14: 4,
- Dos 12 homens entrevistados, apenas 4 pertencem aos *ativos* com um trabalho remunerado por conta própria;
- Das 11 mulheres, todas acima dos 40 anos, nenhuma exerce qualquer profissão remunerada;
- Dos 12 homens, 6 foram emigrantes.

Dos 20 não residentes

- 11, residem no concelho ou no distrito;
- 8, residem fora da região;
- 1, é emigrante em França;
- Todos costumam frequentar a aldeia com regularidade;
- Apenas 1 tenciona regressar para habitar a aldeia.

Quadro 3: Quadro relativo ao total de indivíduos entrevistados.

*Inclui apenas um indivíduo do sexo feminino

Indivíduos / Faixa etária	Residentes	N/ residentes	Total
Homens (+25 anos)	12	7	19
Mulheres (+25 anos)	11	6	17
Crianças (0-4 anos)	0	3	3
Crianças (5-14 anos)	4*	3	7
Jovens (15-25 anos)	2	1	3
Total	29	20	49

Face à falta de emprego, os jovens residentes não mostraram interesse em continuar a residir na aldeia, sendo sua intenção emigrar para a sede do concelho ou para o distrito. Agrava a situação o facto das expectativas em aumentar as ofertas de emprego na aldeia serem escassas. Por um lado, a exploração dos recursos naturais, enquanto alternativa à actividade agrícola, exige um elevado esforço económico apenas compensado a médio e longo prazo o que torna remota a hipótese de os utilizar como meio promotor da criação de emprego. Por outro lado, sendo a actividade agrícola quase exclusivamente de auto-consumo, também não cria postos de trabalho, nem permite o progresso profissional e pessoal daqueles que tentam ali fixar-se. Desta realidade resulta a estagnação económica e social, criando cada vez mais espaços despovoados e abandonados.

Componente social

Assegurar que toda a população tenha acesso à educação e à formação profissional, gerir adequadamente as ofertas, melhorar a utilização dos recursos, superar situações de isolamento e prevenir a exclusão social são algumas das intenções que os agentes de educação e formação reflectem na Carta Educativa que teve a sua versão final em 2007. Em 2005 a falta de alunos levou ao encerramento da escola do 1º ciclo de ensino básico em Vila Garcia, razão porque actualmente as crianças frequentam a escola dum povoação próxima (Cogula). Todo o concelho beneficia das iniciativas para formação profissional, como é o caso do Programa Novas Oportunidades, com vista à qualificação de população adulta, através da oferta de Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) realizados na Escola de Formação Profissional em Trancoso que

funciona já como Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC). Acontece que, apesar da aderência, os formandos não dispõem de meios de transporte para Trancoso, reduzindo o número de frequentadores e inviabilizando a realização plena das acções de formação.

O slogan “saúde para todos” poderia bem aplicar-se a esta freguesia, onde não existe uma farmácia, um médico ou um posto de saúde, obrigando a população a deslocar-se à extensão de saúde da Cogula ou a Trancoso para lhe ser assegurada uma consulta no Centro de Saúde, onde as especialidades médicas se resumem a Planeamento Familiar, Saúde Materna, Saúde Infantil e de Hipertensos e Diabéticos.

Por não haver *lar* ou qualquer valência de apoio aos idosos, estes são “obrigados” a abandonar as suas casas e morar com familiares noutras localidades, sendo esta uma das razões que levou o Centro de Saúde a criar o Programa de Apoio Integrado ao Idoso (PAII), destinado a prestar apoio domiciliário a todo o concelho e contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas idosas e familiares.

Para além de uma pequena “biblioteca” desactualizada e da Casa do Povo em considerável estado de abandono, cujo equipamento se limita a uma mesa de pingue-pongue, não existem outros equipamentos desportivos na freguesia. Em Trancoso, a população pode usufruir das excelentes condições oferecidas pelas piscinas municipais.

Componente Económica

Economicamente a população tem um nível de vida médio, na maioria das famílias existe pelo menos um elemento do agregado familiar ex-emigrante, o que lhes possibilita viver com alguma independência e dedicar-se aos trabalhos agrícolas uma grande parte do tempo.

Não existe conhecimento de habitações alugadas, cada família possui habitação própria e terrenos situados nos arredores do aglomerado habitacional. Estilos contemporâneos nacionais e *importados*, convivem lado a lado com habitações rústicas de granito, algumas com mais de 100 anos, recuperadas e respeitando a traça original. Redes de electricidade, água canalizada e saneamento abastecem toda a população há mais de uma década.

A conjugação *clima/relevo* condiciona a exploração da superfície agrícola. Se o clima rigoroso não permite a introdução de algumas espécies agrícolas, a inexistência de acessos a propriedades localizadas em zonas de relevo irregular impede a utilização de máquinas de grande porte, impondo aos proprietários o recurso ao trabalho humano ou a cedência dos terrenos para pastagens.

As actividades económicas estão quase exclusivamente ligadas ao solo, onde predomina a propriedade de pequena e média dimensão, sendo a exploração da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) maioritariamente privada e a produção essencialmente destinada ao auto-consumo. Refira-se que em 1999 a população agrícola era composta por 187 habitantes num total de 198.

Os incêndios vieram reduzir a área utilizável e conseqüentemente as actividades ligadas à terra. O verde transformou-se em cinzas que *abafaram* a agricultura, a silvicultura e a pecuária e empobreceram ainda mais a economia.

De ressaltar o empenho da AENEBeira – Associação Empresarial do Nordeste da Beira para o desenvolvimento económico local, bem como na formação dos seus associados e acompanhamento da população em geral.

Apurou-se que a par da agricultura, actualmente existe actividade em:

- Pecuária e agro-pecuária;
- Carpintaria (uma);
- Construção civil (pequenos “empresários”);
- Pequeno comércio (um café com mercearia);
- Artesanato (Miniaturas em madeira e em ferro e rendas).

Relativamente a taxas de actividade e desemprego não foram encontrados dados sobre Vila Garcia.

Embora significativo, o contributo do programa Educação e Formação de Adultos (EFA) não tem sido suficiente para diminuir a taxa de analfabetismo que em 2001 era 44,4%. Isto é: mais do dobro do concelho (17,9%), o quádruplo do distrito (10,1%) e cerca de cinco vezes mais que a taxa de analfabetismo nacional (Quadro 4).

Quadro 4: Taxas de actividade e analfabetismo, Fonte: INE

Unidade Territorial	Taxa de Actividade HM (%)		Taxa de Desemprego HM (%)		Taxa de Analfabetismo %	
	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Portugal	44,6	48,2	6,1	6,8	11,0	9,0
Guarda	40,3	47,1	4,0	5,2	13,5	10,1
Trancoso	35,3	36,8	3,4	5,3	21,8	17,9
Vila Garcia	ND	ND	ND	ND	ND	44,4

Turismo e Património

Festividades e romarias são celebradas na Páscoa e em Agosto, época em que alguns jovens emigrantes aproveitam para rever familiares e amigos. Segundo informação de alguns residentes, a vila não é procurada por forasteiros, nem existe qualquer unidade hoteleira para os hospedar. Contudo, não se pode afirmar que o concelho é desconhecido, a afluência de visitantes tem vindo gradualmente a aumentar, não só no mês de Agosto mas também em Fevereiro e Março (Quadro 5). A condição de rural interior, associada a recursos naturais e ao património histórico das aldeias próximas, poderá transformar-se numa mais-valia para a actividade turística.

Quadro 5: Registo da afluência de visitantes ao Posto de Turismo de Trancoso

Anos	Meses												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
2002	a)	98	257	244	210	406	288	795	334	215	145	89	3081
2003	76	374	215	330	196	330	506	851	256	189	193	201	3717
2004	103	307	953	665	586	581	397	1197	698	573	175	144	6379
2005	223	868	1337	2619	3512	2389	1878	3793	1526	1601	588	543	20877
2006	553	4161	4248	2135	1848	-	-	-	-	-	-	-	10275 (*)

(a) - Turismo encerrado para Obras

(*) – Dados provisórios até dia 28 Maio 2006

Quadro 5: Registo da afluência de Visitantes ao Posto de Turismo de Trancoso.

Fonte: Departamento de Turismo da Câmara Municipal de Trancoso

Num quadro de competitividade e crescimento, a natureza, a paisagem e a cultura são elementos promotores do território, constituindo capital único que deve ser valorizado, beneficiando o facto de Trancoso estar abrangido pela Zona de Intervenção da Raia Histórica, no âmbito do Programa Leader+ (2001-2006).

Mas não basta ter património, é preciso *trabalhá-lo*. Qualquer projecto a desenvolver, deverá principiar pela construção de infra-estruturas e equipamentos de apoio, nomeadamente alojamentos turísticos e espaços de lazer, mas deverá também empenhar-se na formação e qualificação de mão-de-obra apta a responder às novas exigências turísticas da população urbana.

Os esforços da Junta de Freguesia para recuperar e valorizar o património cultural, têm recebido aprovação da população que vê nele uma mais-valia para a aldeia. Para além das obras de repavimentação e reconstrução já realizadas, neste momento existe um plano para a reconstituição do Tronco do Povo (local onde ferravam as vacas e os burros para que tivessem melhor aderência ao piso).

Do património de Vila Garcia, temos:

- Igreja Matriz;
- Miradouro e Capela de Santa Bárbara;
- Capela de Nossa Senhora das Necessidades;
- Sepulturas antropomórficas (escavadas na rocha formam uma necrópole que poderá ser da Alta Idade Média);
- Fonte Nova e Lavadouro público;
- Fonte Velha (de origem romana);
- Forno público (centenário e a precisar de restauração);
- Lagar de azeite escavado na rocha;
- Ponte romana;
- Sino dos Mouros (um rochedo com orifícios que “emite sons” parecidos com o tocar dos sinos).

Transportes e acessibilidades

Dos acessos do concelho ao exterior destacam-se a A25 (ligação a Aveiro), a A23 (ligação a Lisboa) e as Estradas Municipais que unem as várias freguesias. As estações ferroviárias de Vila Franca das Naves e Celorico da Beira são servidas pelo comboio inter-cidades que diariamente liga o concelho ao Norte e Sul do país. Por ser considerado um *serviço não lucrativo*, Vila Garcia não tem qualquer rede de transportes privada ou pública que a ligue ao exterior, deslocando-se a população em viaturas próprias ou no táxi da aldeia. O transporte da diminuta população escolar é assegurado pela Câmara Municipal durante o período lectivo.

Ambiente

Após mais de uma década de incêndios nos anos 80/90, donde resultou uma enorme quantidade de área ardida, o processo de reflorestação começa agora a dar os seus primeiros frutos e a paisagem natural volta a ser uma característica da aldeia, com hectares de campos verdes, olivais, pinhais e soutos. No entanto, o risco de incêndio não diminuiu porque os proprietários privados não limpam os terrenos florestais, onde abundam materiais facilmente inflamáveis, contribuindo para a degradação de grandes

áreas de pinhal e desaparecimento de espécies florestais e faunísticas, como é o caso dos lobos e dos morcegos.

II – Análise swot (Forças / Fraquezas)

Através do método de análise *swot* procurou-se identificar os pontos fracos e fortes, com vista a planear linhas de acção que superem as dificuldades e beneficiem das oportunidades.

Forças	Fraquezas
Alguns jovens empreendedores	População duplamente envelhecida
O sector da construção civil poderá ser um potencial empregador (é onde há mais procura)	Desertificação populacional
Pequenos monumentos podem ser considerados Património de Interesse Municipal ou histórico	O clima rigoroso e relevo irregular
Existência de uma pequena biblioteca	As construções antigas encontram-se em terrenos particulares e não são reconhecidas como património histórico
Sede da Junta de Freguesia	A distância às capitais (Porto, Lisboa)
Existência da Casa do Povo	Interioridade
Abastecimento de água a partir da Barragem da Teja	Estradas municipais estreitas e com muitas curvas
Arruamentos novos na Freguesia	Inexistente rede de transportes
Repavimentação recente da estrada municipal	Desertificação florestal
Posto público de Internet (funciona nas instalações da Junta de Freguesia)	Formação profissional desadequada aos novos mercados
Rede eléctrica em toda a aldeia	Escassez de mão-de-obra qualificada
Rede de águas e saneamento	Alta taxa de analfabetismo
	Falta um posto médico itinerante que sirva a população da freguesia (maioritariamente idosa)
...	Pouca disponibilidade para associativismo entre aldeias

Numa tentativa de reanimar a aldeia e preservar o seu património, nos últimos cinco anos concretizaram-se alguns projectos, nomeadamente:

- Reconstrução da Fonte Nova;
- Restauração do lavadouro público, abastecido directamente pela nascente natural;
- Construção do depósito para abastecimento dos helicópteros no combate a incêndios (aproveitando as águas provenientes do lavadouro público);
- Repavimento da estrada municipal e pavimento de diversos arruamentos na aldeia;
- Restauração da Igreja;
- Aquisição de equipamento informático e criação de um posto público de Internet;

- Abastecimento de água a partir da Barragem da Teja, para suprir o défice verificado no Verão.

Por outro lado, a falta de verbas tem condicionado a materialização de projectos, como:

- Reparação do pavimento circundante à Fonte Nova;
- Restauro do Forno Público;
- Construção do Centro de Dia para idosos;
- Conclusão dos arruamentos;
- Adaptação das instalações da escola básica 1º ciclo, a projectos de interesse publico.

Oportunidades	Ameaças
Proximidade de Espanha	Acessibilidades reduzidas
Localização na região da Serra da Estrela	Incapacidade de absorção dos formandos nas áreas de residência (escassez de oferta de emprego)
Estágios profissionais a nível concelhio	Encerramento de unidades fabris
Existência de equipamentos sociais no concelho	Falta de plataformas de ligação entre a localidade e os equipamentos
Existência de associações de apoio a PME's	Ausência de acções articuladas entre as aldeias
Inserção do Concelho na Raia Histórica	Equipamentos e recursos excessivamente centralizados em Trancoso
Baixos níveis de poluição sonora e atmosférica	Não existe Plano de Pormenor da Aldeia, apenas uma planta das ruas.
O turismo é uma actividade a explorar	O Plano Director Municipal (PDM) não foi revisto em 2004
Está integrada na Rede Social	
Tem capacidade para produzir e comercializar produtos regionais	
Existencia de Carta Educativa para o concelho	

A hipótese de ser uma alternativa turística económica, produzir produtos tradicionais e beneficiar da proximidade com Espanha (a cerca de 80 km), são oportunidades a considerar pelos agentes de desenvolvimento local.

A elaboração da Carta Educativa contribuiu para o levantamento de situações de risco social, motivando um pacote de medidas preventivas no combate à exclusão social.

III – Estratégias de intervenção

Para cada uma das linhas orientadoras, propõe-se uma ou mais acções dinamizadoras, com possibilidades de resultados que optimizem os recursos da aldeia, aplicando deste modo o princípio da subsidiariedade, no quadro do modelo da Rede Social.

Linhas Orientadoras	Acção
Recuperação demográfica	Construir núcleos habitacionais de baixo custo, criando de linhas de crédito à habitação especialmente destinadas a jovens residentes na freguesia
Reafirmação da identidade local	Divulgar: - O artesanato - A gastronomia regional - As lendas, festas e os testemunhos populares
Recuperação do património histórico	Restaurar e conservar património físico
Aproveitamento dos espaços naturais	Promover a prática organizada e regular: - Percursos turísticos; - Equitação; - Ténis, mini golfe; - Outros desportos
Dinamização cultural	- Fomentar o intercâmbio entre freguesias do concelho e exteriores;
Protocolos com entidades de outras regiões, nomeadamente das aéreas urbanas	Intercâmbio cultural: - Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia; - Escolas Públicas e Privadas - Clubes Recreativos e Desportivos;

Alguns objectivos têm por base medidas simples, assim:

- A construção de núcleos habitacionais de custo reduzido, articulada a linhas de crédito à habitação especialmente destinadas a residentes na freguesia - poderia incentivar a fixação de jovens.
- Reafirmar a identidade, valorizando o património (gastronomia regional, lendas, festas e testemunhos populares), promovendo acções de divulgação fora da região – daria a conhecer a aldeia ao exterior.
- Fomentar trocas culturais ao nível de grupos escolares e desportivos (visitas de estudo, viagens de finalistas e actividades desportivas) – conduziria jovens até à aldeia.
- Aproveitar a entrada do concelho para a Raia Histórica, organizando actividades atractivas e em espaços adequados aos novos conceitos de lazer – transformava um espaço desertificado numa alternativa turística.
- É aconselhável a revisão do Plano Director Municipal (PDM) e a elaboração das Plantas de Pormenor das aldeias. Estes instrumentos são particularmente importantes, não só para definir a importância do património arqueológico e paisagístico existente, mas também para criar zonas destinadas à construção de empreendimentos turísticos, sem menosprezar as áreas florestais e agrícolas que devem ser preservadas.

CONCLUSÃO

Apesar das tentativas para formar jovens e *fixá-los* à terra, existe um efeito *bola de neve*, assim: a ausência de atractivos à fixação de jovens diminui o número de habitantes; havendo um reduzido número de jovens, “é difícil justificar” a concretização de projectos específicos para a sua formação, o que dificulta a realização de acções

futuras. Resultado: aumenta a fuga para os grandes espaços urbanos, diminui a população jovem, sobe o número de idosos, coloca-se em risco a substituição de gerações e *acredita-se* na extinção da aldeia dentro de 50 anos.

É preciso ficar atento! A fuga dos espaços rurais para os espaços urbanos está a empobrecer os primeiros e a degradar os segundos. Enquanto as aldeias ficam *vazias*, as cidades concentram um número de população de tal modo elevado que a curto prazo as suas estruturas não terão capacidade de absorver. Alargam-se as periferias, nascem outras cidades e com elas novos problemas que conduzem à diminuição da qualidade de vida dos seus habitantes.

Trabalhar para a aldeia e com a aldeia poderá ser a chave para dinamizar o território, porquanto é de dentro da aldeia que devem emergir as forças necessárias à mudança. Sendo certo que essas forças podem ser descobertas nas condições naturais, na beleza histórica e no carácter acolhedor da população, é também certo que à população deve ser facultado o acesso à saúde, educação, cultura, desporto, fundamentais para o desenvolvimento do potencial humano.

REFERÊNCIAS

- CAVACO, Carminda (2005), *Novas Formas de «Habitar» os Espaços Rurais*, Geografia de Portugal, Vol.3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Parte I, pp. 61-67.
- COVAS, António (2004), *Política Agrícola e Desenvolvimento Rural: Ajustamento, Diversificação e Desenvolvimento Rural*, Edições Colibri, pp. 39-41.
- MORENO, Luís (2005), *Novas Dinâmicas no Espaço Rural*, Vol.3 (Actividades Económicas e Espaço Geográfico), Parte I, pp. 92-101.

Fontes electrónicas

- <http://www.cm-trancoso.pt/> (acesso em: 18/05/2007 e outras datas)
- <http://www.cm-trancoso.pt/redesocial/PlanoDesenvolvimentoSocial.pdf> (acesso em: 18/05/2007).
- [http://www.cm-trancoso.pt/Carta_Educativa_Trancoso .pdf](http://www.cm-trancoso.pt/Carta_Educativa_Trancoso.pdf) (acesso em: 30/08/2007).
- http://www.leader.pt/PDF/PEN_set062.pdf (acesso em: 05/10/2007).